



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681175 - SP (2021/0225128-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ROBERTO ROMANO
ADVOGADO : ROBERTO ROMANO - SP264024
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO JUNIOR MONTEIRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO JUNIOR MONTEIRO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1500022-38.2018.8.26.0556).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 625 dias-multa pela prática do crime de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que o apenado preenche os requisitos para ser beneficiado com a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, ressaltando que as circunstâncias pessoais lhe são favoráveis.

Alega a inexistência de motivação para a fixação do regime inicial fechado, argumentando que foi com base na hediondez e na gravidade abstrata do crime, sendo devida a alteração para o modo prisional aberto, sob pena de violação dos enunciados das Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

Destaca que a incidência do redutor possibilita a substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, a aplicação da minorante do tráfico, a alteração do regime inicial para o aberto e a conversão da pena privativa por restritiva de direitos, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente